

3. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, PLANOS E PROGRAMAS CO-LOCALIZADOS

Este capítulo contextualizará o empreendimento, da execução da obra ao posterior funcionamento da planta, com relação às legislações pertinentes sobre matérias como recursos hídricos, emissões atmosféricas, uso e ocupação do solo, fauna e flora, entre outras.

Também será dedicada uma descrição dos projetos e planos governamentais co-localizados de toda a ordem, e que possam estabelecer com o empreendimento, relações conflitivas, cumulativas ou sinérgicas.

3.1 ASPECTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

3.1.1 *Da Estrutura Constitucional de Competências e do Licenciamento Ambiental*

3.1.1.1 A Gestão Pública Ambiental no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro

A Política Nacional do Meio Ambiente foi estabelecida em 1981 mediante a edição da Lei 6.938/81, que criou o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente). Através do SISNAMA defini-se a gestão ambiental pública e sobretudo, os papéis exercidos pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Os organismos que compõe o SISNAMA estruturam-se, conforme dispõe a Lei 6.938/81 de 1981 no seu artigo 6º, da seguinte maneira:

I - Órgão Superior:

O Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais, para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo:

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente, ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - Órgão Central:

A Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - Órgão Executor:

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

V - Órgãos Seccionais:

Os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental, e;

VI - Órgãos Locais:

Os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

Os órgãos seccionais no Rio de Janeiro, Unidade Federativa onde se pretende desenvolver o empreendimento, são:

- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEA)**, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, e tem como missão formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos, sob a égide do desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.
- **Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA)**, criado pelo Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 9.991, de 5 de junho de 1987, é um órgão deliberativo e normativo encarregado de estabelecer as diretrizes da Política Estadual de Controle Ambiental e de orientar o Governo do Estado na defesa do meio ambiente;
- **Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA)**, órgão colegiado, competente para baixar normas ambientais, aplicar penalidades e dar solução final aos processos de licenciamento ambiental;
- **Fundo Estadual de Controle Ambiental (FECAM)**, tem por objetivo financiar projetos de apoio à execução da Política Estadual de Meio Ambiente;
- **Instituto Estadual de Florestas (IEF)**, responsável pela execução da política florestal e da política de conservação dos recursos naturais renováveis;

- **Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA)**, responsável pela execução da política estadual de recursos hídricos e pela realização de obras de proteção de rios, canais e lagoas, e;
- **Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)**, responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, bem como pelo monitoramento e qualidade ambiental do Estado.

O órgão de competência local, no âmbito de suas respectivas competências e jurisdições territoriais, no caso em pauta, corresponde à Prefeitura Municipal de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com a Constituição Federal (Artigo 23, VI), proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer uma de suas formas é competência comum às três esferas da Federação, e por esta razão, as administrações públicas federal, estadual e municipal podem, no âmbito das suas respectivas atribuições territoriais, exercer Poder de Polícia sobre o uso e a fruição de bens ambientais. É-lhes facultado, na forma da Lei, fiscalizar aqueles uso e fruição, bem como impor penalidades especificadas na legislação própria às infrações administrativas que forem praticadas, lavrando autos de infração ambiental e instaurando processos administrativos.

As penalidades aplicáveis ao cometimento de infrações administrativas ambientais¹ são explicitadas na legislação, acerca de matérias ambientais específicas pertinentes a cada esfera da Federação, constituindo-se em autoridades competentes para lavrar autos de infração ambiental, e instaurar processos administrativos os funcionários de órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha².

¹ Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, de acordo com a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, artigo 70.

² Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, artigo 70, § 1º

No Estado do Rio de Janeiro podem lavrar autos de infração ambiental e instaurar processos administrativos os funcionários dos órgãos ambientais estaduais, para tanto designados³.

As sanções administrativas, quanto ao que interessa ao presente estudo podem constituir-se em:

- Advertência (tanto para a esfera Federal⁴ quanto para a Estadual⁵);
- Multa simples (Federal e Estadual);
- Multa diária (Federal e Estadual);
- Apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração (Federal e Estadual);
- Destruição ou inutilização do produto (Federal e Estadual);
- Suspensão de venda e fabricação do produto (Federal e Estadual);
- Embargo de obra ou atividade (Federal e Estadual);
- Demolição de obra (Federal);
- Suspensão parcial ou total de atividades (Federal e Estadual⁶);
- Restritiva de direitos (Federal e Estadual), e;
- Reparação dos danos causados (Federal).

As legislações Federal e Estadual convergem para a cumulação de penas no caso de incidência simultânea de duas ou mais infrações administrativas, cominadas a um mesmo infrator, conforme pode ser observados no artigo 70, § 1º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no artigo 2º § 1º da Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 3.467, de 14 de setembro de 2000.

³ Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, artigo 11

⁴ Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, artigo 72, c/c Decreto 3.179, de 21 de setembro de 1999

⁵ Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, artigo 2º e incisos

⁶ Regulada pela Deliberação CECA nº 3.425, de 14 de novembro de 1995

Na esfera criminal, incumbe ao Ministério Público propor as ações penais ambientais, sendo aplicadas a pessoas físicas as privativas de liberdade, a multa criminal e as restritivas de direitos. As aplicáveis a pessoas jurídicas são a multa, a prestação de serviços à comunidade e as restritivas de direitos.

No âmbito civil, o Código Civil vigente no País⁷ admite, em seu artigo 927, § único, que *haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.*

Dentre os casos especificados em Lei encontra-se o dano ambiental⁸, e embora haja outras ações cabíveis, que visem obter a reparação de danos ambientais, a ação mais comumente proposta, nestes casos, é a ação civil pública, precedida ou não, da instauração de inquérito civil para a apuração dos fatos.

A legislação processual civil indica os legitimados ativos para propor ações civis, objetivando a reparação de danos ambientais, destacando-se as Leis nºs 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública e o inquérito civil, e 4.717, de 29 de junho de 1965, que regula a ação popular.

A ação civil pública foi instituída pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, pode ser proposta pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação⁹. A ação civil pública destina-se às ações cujo fundamento seja a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados, no que interessa a este estudo, ao meio ambiente¹⁰.

⁷ Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002

⁸ Lei nº. 6.938, 31 de agosto de 1981, artigo 14, IV, § 1º

⁹ No caso das associações, estas devem estar constituídas há pelo menos um ano, nos termos da lei civil (requisito que pode ser dispensado, em face de interesse social ou da relevância do bem jurídico a ser protegido) e deve ter incluída entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

¹⁰ Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, artigo 1º, I

3.1.1.2 O Licenciamento Ambiental

Este texto aborda a competência do licenciamento ambiental de empreendimentos portuários e a respectiva pertinência do presente EIA. Trata-se do licenciamento da instalação de pátio logístico no Porto do Açu, vias de circulação interna rodoviária e ferroviária, instalação de dutovia, de equipamentos de movimentação de carga, de infra-estrutura, unidades de apoio, bem como das operações dos terminais marítimos de múltiplo uso não-minério.

Porém, antes de prosseguir com a conjectura legal, associada ao licenciamento do empreendimento em questão, cabe uma revisão sobre a natureza jurídica das instalações pretendidas e do funcionamento de infra-estrutura portuária no Brasil.

No direito brasileiro, as atividades portuárias têm a natureza jurídica de *serviço público*, pouco importando a natureza jurídica do *prestador de serviço*, visto que para a caracterização de uma atividade como serviço público, o essencial é a *própria atividade em si*.

Infra-estrutura portuária é atividade que se encontra compreendida entre as competências constitucionais da União, que pode exercê-la diretamente ou mediante concessão e autorização. E mais: infra-estrutura de transportes é matéria de utilidade pública, tal como definido na legislação ordinária brasileira.

A evolução histórica das normas legais sobre o tema é a seguinte: **(i)** Em 1969, o Decreto nº 794 autorizou a União a constituir sociedades de economia mista ou empresas públicas destinadas a explorar os portos, terminais e as vias navegáveis localizadas em um ou mais Estados. Posteriormente, em 1993, entrou em vigor a **(ii)** Lei nº 8.630/1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, e estabelece em seu artigo 1º, a competência da União para explorar, direta ou mediante concessão, o porto organizado. Já em 2001,

a (iii) Lei nº 10.233 dispôs sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, criou o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transporte Terrestre, a Agência Nacional de Transporte Aquaviário e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.

O sistema portuário brasileiro é formado por terminais portuários públicos e privados, como regidos pelas leis nº 8.630/93, nº 10.233/2001 e pela Medida Provisória 2.217-3 de 2001, que altera alguns dispositivos da Lei nº 10.233/2001. A Lei nº 10.233/2001 estabelece a esfera de atuação da Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ, incumbindo-lhe autorizar os portos privados. Sobre terminais portuários de uso privativo, dispõe a Lei nº 8.630 de 1993, em seu artigo 1º.

Em tal circunstância, o licenciamento ambiental da atividade é regido por normas especiais, extremamente relevantes, em razão da localização pretendida para o empreendimento, conforme aponta a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

Neste caso, construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes é crime, punido com pena de detenção ou multa, ou ambas cumulativamente¹¹, sendo, também, infração administrativa¹², conduta à qual se cominam as penalidades cabíveis¹³.

Haja vista que a abrangência dos impactos ambientais decorrentes da implantação e operação do empreendimento, não afeta, no todo ou em parte, a área de pelo menos dois Estados da Federação, considera-se que, para efeito de licenciamento ambiental, a

¹¹ Lei nº 9.605/98, artigo 60

¹² Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, artigo 44

¹³ Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, artigo 2º

competência do licenciamento da atividade será do órgão ambiental estadual, e não do IBAMA, conforme dispõe a mencionada resolução CONAMA 237/97:

Art. 5º - Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos Empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios.

Fica, também, afastada a competência do município de São João da Barra para o licenciamento do que aqui se trata, em vista dos impactos diretos do empreendimento estenderem-se, também, a outro município, no caso, Campos dos Goytacazes, também localizado no Estado do Rio de Janeiro (Resolução CONAMA nº 237/97, artigo 5º, I).

Malgrado isto, a municipalidade de São João da Barra, além de fornecer as certidões de conformidade com a sua legislação de uso e ocupação do solo ao empreendimento, deverá pronunciar-se sobre a conformidade deste último com as suas políticas ambientais e de desenvolvimento industrial, expressas em seu Plano Diretor (Lei Municipal nº 050, de 26 de dezembro de 2006), destacando-se a seguinte disposição:

Artigo 46, § 2º: “A instalação de atividades industriais subordina-se à observância das normas técnicas vigentes e da adequação do empreendimento às normas da ISO 14000, observado o princípio da redução ao mínimo e do reaproveitamento dos resíduos industriais gerados no processo produtivo”.

Interessa ao licenciamento ambiental do empreendimento, fundamentalmente, a seguinte legislação do Estado do Rio de Janeiro:

- Decreto nº. 1.633, de 21 de dezembro de 1977, que institui o Sistema de Licenciamento de Atividade Poluidoras;
- Decreto nº 21.287, de 23 de janeiro de 1975, que trata do licenciamento ambiental de empreendimentos;
- Lei nº 1.356, de 03 de outubro de 1988, e suas alterações, que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental, e;
- Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, cria o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que conduzirá, quando seus dispositivos forem devidamente regulamentados, os processos de competência estadual e expedirá as respectivas licenças.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, a exemplo da Constituição Federal, exige a realização do Estudo de Impacto Ambiental para o licenciamento de atividades ou obras que possam causar impactos ambientais, em seu artigo 261, X.

O licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com as disposições dos Decretos daquele Estado nos 1.633, de 21 de dezembro de 1977, e 21.287, de 23 de janeiro de 1975, é atribuição da CECA, com apoio técnico da FEEMA.

Com a finalidade de regulamentar o processo licenciatório no Estado, a CECA editou as Deliberações nº 3, de 28 de dezembro de 1977, sobre o processo de licenciamento propriamente dito (NA-01. RO); nº 1.173, de 19 de outubro de 1987, sobre a participação da comunidade nos Estudos de Impacto Ambiental (Diretriz NA-043); nº 2.538, de 12 de novembro de 1991, sobre as publicações referentes ao licenciamento ambiental (Instrução Técnica IT-953.R.2); nº 2.555, de 26 de novembro de 1991, sobre

audiências públicas, e nº 3.663, de 28 de agosto de 1997, que aprovou a Diretriz 041.R13, acerca da elaboração do EIA e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O artigo 10 da Resolução CONAMA no 237/97 estabelece que o procedimento de licenciamento ambiental deva obedecer às seguintes etapas:

- Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida. No Estado do Rio de Janeiro, aqueles documentos, projetos e estudos ambientais serão definidos e analisados, pela CECA, com apoio técnico da FEEMA¹⁴;
- Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
- Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias. No Estado do Rio de Janeiro, nos casos, em que há necessidade de ser realizado Estudo de Impacto Ambiental e composto Relatório de Impacto Ambiental, como o que está em pauta aqui, os documentos, projetos e estudos ambientais serão submetidos à aprovação da CECA¹⁵, e;
- Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente¹⁶.

Quanto a este último item, no Estado do Rio de Janeiro, em função da localização geográfica da sede ou residência dos solicitantes e da complexidade do tema, poderá haver mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto e respectivo Relatório de Impacto Ambiental¹⁷.

¹⁴ Decreto nº 1.633, de 21 de dezembro de 1977, artigo 3º

¹⁵ Lei nº 1.356, de 03 de outubro de 1988, artigo 1º, §1º

¹⁶ A Resolução CONAMA nº 009/87 dispõe sobre a realização de audiências públicas.

¹⁷ Lei nº 1.356, de 03 de outubro de 1988, artigo 6º, § 2º

Ao final de cada audiência pública será lavrada uma ata sucinta, que será anexada à cópia do Relatório de Impacto Ambiental¹⁸.

A Resolução CONAMA nº 237/97, em seu artigo 10, § 1º, determina que, no procedimento licenciatório, devem ser apresentados os seguintes documentos:

- Certidões municipais que atestem sobre a conformidade do tipo de empreendimento ou atividade com a legislação municipal que verse sobre o uso e ocupação do solo, emitidas;
- Autorização para supressão de vegetação¹⁹, e;
- Outorga para o uso da água²⁰.

Dado o que dispõem o inciso VII do artigo 2º da Resolução CONAMA nº 001/86, em virtude do que determina a Constituição Federal, em seu artigo 225, § 1º, inciso IV, o licenciamento ambiental dos empreendimentos que causarem significativo impacto ambiental, como o que se examina aqui, terá de ser feito com a elaboração de EIA.

O EIA deve ater-se às seguintes diretrizes gerais, estabelecidas pelo artigo 5º da Resolução CONAMA nº 001/86:

- (1) Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;*
- (2) Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;*
- (3) Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza, e;*

¹⁸ Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 1.356, de 03 de outubro de 1988, artigo 6º, § 6º

¹⁹ Também exigida pela Resolução CONAMA nº 10/90.

²⁰ No Estado do Rio de Janeiro, exigida pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999.

(4) Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Ainda segundo o artigo 6º da mesma Resolução CONAMA nº. 001/86, o Estudo de Impacto Ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

(1) Diagnóstico ambiental das áreas de influência do projeto e completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

(a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

(b) o meio biótico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

(c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

(2) Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais;

(3) Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas, e;

(4) Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Dispõe o artigo 36 e parágrafos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, quanto à compensação ambiental em procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, como ocorre no caso em exame:

***Art. 36:** Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei:*

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

O montante de recursos que devem ser destinados à compensação ambiental pelo empreendedor será fixado, gradualmente, a partir de meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, considerando-se a amplitude dos impactos gerados, isto é, o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento (Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, artigo 31, § único).

Não devem ser computadas nos custos totais do empreendimento as despesas, que não sejam obrigatórias, em que incorre o empreendedor para mitigar os impactos ambientais. Ao contrário no que concerne a despesa destinada à mitigação de impactos ambientais.

A este respeito, aliás, lê-se no artigo 3º, §1º e §2º da Resolução CONAMA nº. 371, de 5 de abril de 2006 o seguinte:

***Art. 3º:** Para o cálculo da compensação ambiental serão considerados os custos totais previstos para implantação do empreendimento e a metodologia de gradação de impacto ambiental definida pelo órgão ambiental competente.*

§ 1º Os investimentos destinados à melhoria da qualidade ambiental e à mitigação dos impactos causados pelo empreendimento, exigidos pela legislação ambiental, integrarão os seus custos totais para efeito do cálculo da compensação ambiental.

§ 2º Os investimentos destinados à elaboração e implementação dos planos, programas e ações, não exigidos pela legislação ambiental, mas estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para mitigação e melhoria da qualidade ambiental, não integrarão os custos totais para efeito do cálculo da compensação ambiental.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo a Deliberação CECA nº 3, de 28 de dezembro de 1977 (NA-01.RO), assim como é prescrito pela Resolução CONAMA nº 237/97, são expedidas as seguintes licenças ambientais:

- **Licença Prévia (LP)**, na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de locação, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;
- **Licença de Instalação (LI)**, autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado, e;

- **Licença de Operação (LO)**, autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle da poluição, de acordo com o previsto na licença prévia e de instalação.

O Artigo 18 da Resolução CONAMA 237/97 define ainda que o órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, e levando em consideração:

I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º A Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação (LO) de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III.

A renovação da Licença de Operação de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu

prazo de validade, fixado na respectiva licença, automaticamente prorrogado até manifestação definitiva do órgão ambiental competente²¹.

E por último, mediante decisão motivada e de acordo com o Artigo 19 da Resolução CONAMA 237/97, o órgão ambiental poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

- I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;*
- II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;*
- III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.*

3.1.2 Principais Legislações Aplicáveis ao Empreendimento

A seguir apresenta-se a síntese dos diferentes instrumentos legais que regulamentam a proteção e utilização dos recursos naturais, que virtualmente poderão ser impactados pelo empreendimento em estudo.

3.1.2.1 Legislação Sobre Proteção dos Recursos Ambientais

1) Normas Internacionais:

O Governo Brasileiro endossa diversos tratados internacionais voltados ao estabelecimento de estratégias de proteção ambiental em escala global.

Um dos acordos internacionais de maior uso no que se refere à navegação em alto mar é a Convenção Internacional para Prevenção da Poluição causada por Navios (MARPOL). Dentre os inúmeros critérios estabelecidos destacam-se:

²¹ Resolução CONAMA nº 237/97, 18 § 4º

- Anexo 1, a prevenção da poluição por óleo;
- Anexo 4, a limitação na descarga de esgoto dos navios, e;
- Anexo 5, a categorização dos tipos de lixo gerados em uma embarcação e as suas formas de disposição final.

Em 1940 foi assinada a Convenção sobre Proteção à Natureza e a Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Leste, entrando em vigor no Brasil em 1965. Este tratado tem como objetivo preservar todas as espécies e gêneros de fauna e flora, nativos da América, da extinção e preservar áreas de valor estético, histórico ou científico.

No ano de 1982 foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a Proteção do Meio Ambiente. Este acordo passou a vigorar no Brasil em 1994, através do Decreto nº 1530, de 22/06/95. Esta Convenção estabeleceu diretrizes amplas a fim de prevenir, reduzir e controlar a poluição proveniente de navios²². O artigo 194 dispõe sobre poluição de instalações e dispositivos usados na exploração de recursos naturais, sobretudo no tocante às medidas para prevenir acidentes e lidar com emergências.

No ano de 1972 é elaborada a Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos, assinada pelo Brasil, em 1982²³. Dentre seus principais objetivos encontram-se o controle da poluição do mar e o estímulo ao estabelecimento de acordos regionais suplementares à mesma.

A Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima²⁴, visa estabilizar as concentrações dos gases de efeito estufa na atmosfera em níveis que não sejam capazes de provocar mudanças irreversíveis e calamitosas ao sistema climático. Ainda, foi

²² A Convenção conceitua poluição como a introdução direta ou indireta, da parte do homem, de substância ou energia no ambiente marinho, compreendidos os estuários, quando esta introdução tenha ou possa ter efeito nocivo, como danos aos recursos biológicos e à fauna e à flora marinhas, riscos para a saúde humana, embaraço para atividade marítima, incluída a pesca e outras utilizações lícitas do mar, alteração da qualidade da água do mar, do ponto de vista de sua utilização e degradação do valor de aceitação.

²³ Através do Decreto nº 87.566, de 16 de setembro de 1982.

²⁴ Aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 1, de 03/02/94.

estabelecido que cabe aos países em desenvolvimento a formulação e implementação de programas nacionais que visem mitigar a ação de impactos ambientais que tenham efeito sobre a mudança do clima. O Brasil tem afirmado que a elaboração do programa nacional será efetuada após a conclusão do inventário nacional de gases de efeito-estufa, ocasião em que será possível ter um cenário abrangente das principais fontes emissoras brasileiras.

2) Código de Águas:

O artigo 13º do Decreto 24.643, de 10/07/34²⁵, define como terrenos de marinha, aqueles banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, que vão até 33 metros para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega a preamar média. Este ponto se refere ao artigo 51º § 14º do Aviso Imperial nº 1850, de 15/11/1831. A utilização dessas áreas depende do consentimento da SPU, por serem bens públicos federais.

3) Código Florestal:

A Lei nº 4.771/65 e alterações, e o Decreto Federal nº 750/93 marcaram um momento de inovação, consolidação e compilação das normas que, desde meados da década de 30, constavam no âmbito do Direito Agrário Brasileiro e do Direito Civil, e impunham algumas restrições aptas à proteção ambiental pontual de alguns recursos naturais ou espaços regionais.

Em seu artigo 2º, com as alterações e acréscimos procedidos pela Lei nº 7.803/89, e sob os esclarecimentos e definições constantes da Resolução CONAMA nº 303/02, considera de preservação permanente, independentemente de qualquer outro ato ou formalidade, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

²⁵ Alterado pelo Decreto 852, de 11/11/38.

I. *Em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de:*

- (a) 30 metros, para o curso d'água com menos de dez metros de largura;*
- (b) 50 metros, para o curso d'água com dez a cinquenta metros de largura;*
- (c) 100 metros, para o curso d'água com cinquenta a duzentos metros de largura;*
- (d) 200 metros, para o curso d'água com duzentos a seiscentos metros de largura;*
- (e) 500 metros, para o curso d'água com mais de seiscentos metros de largura.*

II. *Ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de cinquenta metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte.*

III. *Ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:*

- (a) 30 metros, para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;*
- (b) 100 metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros.*

IV. *Em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado.*

V. *No topo de morros e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação à base.*

VI. *Nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha de cumeada equivalente a mil metros.*

VII. *Em encosta ou parte desta, com declividade superior a cem por cento ou quarenta e cinco graus na linha de maior declive.*

VIII. *Nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa;*

IX. *Nas restingas:*

- (a) Em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima;*
- (b) Em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues.*

X. *Em manguezal, em toda a sua extensão.*

XI. *Em duna.*

XII. Em altitude superior a mil e oitocentos metros, ou, em Estados que não tenham tais elevações, à critério do órgão ambiental competente.

XIII. Nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias.

XIV. Nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

XV. Nas praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre.

Prescreve o artigo 18, do mesmo Código, que, nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público Federal pode fazê-lo, sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.

O Código Florestal constituirá como contravenção penal, passível de três meses a um ano de prisão simples, ou multa de uma a cem vezes o salário mínimo mensal do lugar e da data da infração, ou ambas as penas, cumulativamente, destruir ou danificar florestas de preservação permanente ou nelas cortar árvores sem autorização da autoridade competente (artigo 26 “a” e “b”).

Mais atual, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) tipificou todas e quaisquer agressões à flora de preservação permanente ou em Unidades de Conservação da Natureza, não mais como mera contravenção penal, mas sim como crime, sujeitando seus autores à detenção de um a três anos e/ou multa.

As florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente foram transformadas em Reservas Ecológicas, por força do artigo 18 da Lei nº 6.938/81 (PNMA), ficando sujeitos às penalidades, previstas nesta lei, todos que lhes causarem degradação.

Pelo que já foi dito sobre competência concorrente, não se exclui ao Estado o poder de fixar normas específicas disciplinadoras da utilização dessas reservas. Pela legislação vigente, portanto, as florestas e demais formas de vegetação permanente (artigo 2º do

Código Florestal), poderão ser utilizadas racionalmente, desde que de forma compatível com os ecossistemas naturais de importância regional ou local, objetivando a conservação ambiental, conforme normas e critérios estabelecidos pela autoridade pública competente.

Além destas, prevê-se na Resolução CONAMA 369/06, casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitem a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP. Considera que, o órgão ambiental competente, somente autorizará a intervenção ou supressão de vegetação em APP, quando devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação.

Deve-se considerar também a incidência do Decreto Federal nº 750 de 10 de fevereiro de 1993 que disciplina o corte e a exploração de florestas de Mata Atlântica, e suas tipologias de vegetação, sempre a critério do órgão ambiental competente (no caso IEF e FEEMA), e se necessário sob a luz da avaliação de impactos ambientais, fazendo distinção entre os estágios avançado, médio e inicial de regeneração, proibindo o desmatamento:

- De florestas primitivas ou em Estados que possuam menos de 5% de sua cobertura original;
- De florestas que sejam abrigo da flora e fauna ameaçadas de extinção;
- De florestas que exerçam função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
- De florestas que tenham excepcional valor paisagístico;
- Das que se prestem como corredores entre remanescentes de vegetação; ou,
- Que tenham a função de proteger o entorno das Unidades de Conservação.

A conservação da biodiversidade da flora brasileira também é regulamentada por inúmeras portarias e instruções normativas voltadas à identificação das espécies ameaçadas de extinção.

A primeira lista foi editada em 1968 (Portaria IBDF nº 303), quando 13 espécies foram caracterizadas como ameaçadas. A esta lista foi somada mais uma espécie, em 1980, através da Portaria IBDF nº 1471. A Portaria IBAMA nº 6-N, publicada em 1992, representa uma grande mudança deste cenário e apresenta uma lista de 107 espécies ameaçadas de extinção.

No mês de setembro de 2008, uma nova lista foi divulgada, desta vez através da Instrução Normativa nº 6 do Ministério do Meio Ambiente. O número de espécies ameaçadas aumentou em 300% (com relação às 108 espécies definidas pela Portaria Ibama nº 37-N), ou seja, passou a conter 472 espécies.

No âmbito estadual destaca-se a Lei nº 1.315, de 07 de Junho de 1988, que institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro e a Lei nº 1.130, de 12 de fevereiro de 1987, que caracteriza as áreas de interesse especial do Estado, compreendendo as faixas marginais dos rios, lagos, lagoas e reservatórios d'água, as ilhas fluviais e lacustres, de domínio público, estabelecidas de acordo com critérios técnicos e regulamentares de ordens hidrográfica, geológica, geotécnica e ecológica, da seguinte forma:

- I. Rios: a largura das faixas correspondentes as áreas de interesse especial será demarcada pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), a partir do eixo do curso d'água;*
- II. Ilhas fluviais e lacustres - a área de interesse especial abrange toda a área da ilha;*
- III. Lagos, lagoas e reservatórios - a área de interesse especial compreende uma faixa de 300 m (trezentos metros) em torno dos lagos, lagoas e reservatórios, determinada a partir da orla ou do Plano de Alinhamento de Orla de Lagoas (PAL).*

Excepcionalmente esta faixa poderá ser ampliada, pelo Estado, considerados os critérios citados no caput deste artigo. Parágrafo único - As faixas marginais de proteção de rios, lagos, lagoas e reservatórios d'água previstas neste artigo, são as faixas de terra necessárias à proteção, à defesa, à conservação e operação de sistemas fluviais e lacustres, determinadas em projeção horizontal e considerados os níveis máximos de água (NMA).

4) Lei da Fauna:

A Lei 5197, de 03/01/67²⁶, respalda a proteção de animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, em propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (artigo 1º).

Dentre outros principais diplomas reguladores de proteção à fauna silvestre, destacam-se:

- a) Lei Federal nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916 (Código Civil) – que estabelece que em áreas particulares, para a prática do ato de caça, é necessário o consentimento expreso ou tácito dos proprietários (artigos 593 a 598), revogada sem correspondente.
- b) Decreto Legislativo nº 003, de 13 de fevereiro de 1948 - que aprova a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil, em 27 de dezembro de 1940.
- c) Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 - que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências e estabelece a propriedade dos animais e as relações de que disto decorrem e que proíbe expressamente a prática da caça profissional.

²⁶ Alterada pelas Leis 7584/87, 7653/88 e 7679/88 e regulamentada pelo decreto 97.633/90.

- d) Decreto Federal nº 76.623, de 17 de novembro de 1975 - que promulga a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção.
- e) Lei de Contravenções Penais - que trata da crueldade contra animais e trata todos os animais como protegidos.
- f) Lei Federal nº 7.173/83, de 14 de dezembro de 1983 - que dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências.
- g) Constituição Federal, de 3 de outubro de 1988 - "Capítulo VI - Do Meio Ambiente".
- h) Portaria IBAMA nº 1.522/89, de 19 de dezembro de 1989 - que reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
- i) Portaria IBAMA nº 332/90, de 13 de março de 1990 - que dispõe sobre a coleta de material zoológico, destinado a fins científicos ou didáticos, por cientistas e profissionais devidamente qualificados, pertencentes a instituições científicas brasileiras públicas e privadas credenciadas pelo IBAMA ou por elas indicadas.
- j) Portaria IBAMA nº 139/93-N, de 29 de dezembro de 1993 - que dispõe sobre a implantação e funcionamento de criadouros de animais silvestres para fins conservacionistas.
- k) Portaria IBAMA nº 062, de 17 de junho de 1997 - que inclui morcegos na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
- l) Instrução Normativa nº 109/97, de 12 de setembro de 1997 - que estabelece e uniformiza os procedimentos de expedição de licença de pesquisa para realização de atividades científicas em Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral, definidas como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas.
- m) Portaria IBAMA nº 113/97-N, de 25 de setembro de 1997 - são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção,

transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de minerais, produtos e subprodutos da fauna, flora e pesca.

- n) Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
- o) Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 - que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
- p) Portaria Ibama no 181, de 04 de dezembro de 2001 - que delega competência aos Gerentes Executivos dos órgãos descentralizados, ouvida a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, para licenciar os projetos do Programa Nacional de Manejo e Proteção de Vida Silvestre.

Especial atenção deve ser dada à Lei nº 7.653/88 que considera crime inafiançável, ações contra a fauna silvestre; e à Portaria Ibama nº 1.522 de 19 de dezembro de 1989, que promulgou a lista oficial das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção.

O Ministério do Meio Ambiente mantém um banco de dados virtual²⁷ contendo a descrição de todos os animais que se encontram na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Esta ferramenta apresenta uma interface simples e dinâmica, e visa orientar programas de recuperação de áreas degradadas e medidas mitigadoras de impacto ambiental, bem como servir de referência durante a aplicação da Lei de Crimes Ambientais.

O IBAMA, através da Instrução Normativa nº 146, de 10 de janeiro de 2007, estabelece critérios para procedimentos de manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de

²⁷ <http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm>

empreendimento e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.

Esta IN define o procedimento necessário para a solicitação de autorização de captura, coleta ou transporte de fauna silvestre, bem como do levantamento, monitoramento e resgate de fauna. Também estabelece critérios específicos para o levantamento e monitoramento de ictiofauna e de invertebrados aquáticos, e para a consolidação dos relatórios pertinentes a cada etapa do manejo de fauna.

Dentre as principais exigências presentes na Instrução Normativa destacam-se na etapa de levantamento da fauna: a descrição detalhada da metodologia utilizada; o levantamento de mapas e imagens de satélite da área afetada; e informações referentes ao destino pretendido para o material. Como resultados do levantamento devem constar, por exemplo, a lista das espécies encontradas; a caracterização do ambiente; e o esforço e a eficiência amostral.

Na etapa de monitoramento devem constar, por exemplo, o detalhamento da metodologia; a seleção e justificativa de áreas de controle para monitoramento intensivo; e programas específicos de conservação e monitoramento para as espécies ameaçadas de extinção. Esta IN também estabelece que o monitoramento posterior deve ser realizado no período mínimo de 2 anos após o início das obras.

As etapas de resgate e salvamento devem ser apresentadas no âmbito do Plano Básico Ambiental (PBA) ou do Plano de Controle Ambiental (PCA), devendo conter, dentre outros aspectos: a descrição das estruturas físicas das instalações relacionadas ao Programa de Resgate; descrição e quantificação dos equipamentos utilizados; programa do curso de capacitação para a equipe de resgate; detalhamento da metodologia de trabalho; e características do centro de triagem.

5) Lei 5.357, de 17/11/67:

Estabelece penalidades para terminais marítimos ou fluviais e embarcações que se encontrem dentro de uma faixa de seis milhas marítimas do litoral brasileiro em casos de lançamento de detritos ou óleos nas águas.

6) Política Nacional de Meio Ambiente:

A Lei 6.938, de 31/08/81²⁸ tem por objetivo a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação dos recursos naturais (água, atmosfera, solo, fauna e flora), visando propiciar uma vida digna a todos os cidadãos. Dentre os instrumentos de gestão ambiental elencados no artigo 9º estão previstos o EIA/RIMA e o licenciamento.

Esta lei foi alterada mais tarde por outra lei federal, nº 7804/89, que atribui ao IBAMA a competência de licenciar atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional²⁹.

Atividades realizadas na Zona Costeiras serão de interesse nacional, já que a mesma é considerada como patrimônio nacional, conforme dispõe o artigo 225º, § 4º da Constituição Federal, enquanto que o interesse regional se dará quando o impacto ambiental da atividade atinja mais de um Estado ou uma região geográfica.

O art. 18º transforma automaticamente todas as áreas de preservação permanente do artigo 2º do Código Florestal em Reservas ou Estação Ecológica.

7) Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC):

Instituído pela Constituição Federal de 1988, expressa o compromisso do Governo Brasileiro com o desenvolvimento sustentável em sua Zona Costeira. Tem como

²⁸ Regulamentada pelo decreto Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004.

²⁹ Parágrafo 4º em seu artigo 10º

prerrogativa fundamental o estabelecimento de um processo de zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira³⁰.

O PNGC busca estabelecer um processo dinâmico no que confere a sua regulamentação, posto que pretende acompanhar as mudanças ambientais e tecnológicas que possam interferir no entendimento humano sobre as transformações socioeconômicas e ambientais, e com isso estabelecer um processo adaptado as estas novas condições.

O PNGC, que se encontra hoje na sua segunda fase – PNGC II³¹, acentua a relevância do trabalho conjunto entre as escalas federal e municipal e a sociedade civil organizada na condução do Programa.

Em linhas gerais o PNGC é elaborado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, e que contemplem, por exemplo, o uso e ocupação do solo; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição; patrimônios naturais, históricos, étnicos, culturais e paisagísticos.

Campos dos Goytacazes e São João da Barra, por se tratarem de municípios localizados na faixa costeira, encontram-se subordinados aos princípios, objetivos e regulamentos do PNGC^oII.

³⁰ A Zona Costeira foi definida mais tarde, através da Resolução 01, de 21/11/90, pela CIRM, como a área de abrangência dos efeitos naturais resultantes das interações terra-mar-ar, leva em conta a paisagem físico-ambiental, em função dos acidentes topográficos situados ao longo do litoral, como ilhas, estuários e baías, comporta em sua integridade os processos e interações características das unidades ecossistêmicas litorânea e inclui as atividades socioeconômicas que aí se estabelecem.

³¹ Resolução CIRM N° 005/97 - que estabelece normas gerais visando a gestão ambiental da Zona Costeira do País, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Cria o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO).

Alguns aspectos de extrema relevância contido na regulamentação do PNGC, e que possui projeção imediata sobre o presente empreendimento, encontra-se descrito no Capítulo III do Decreto 5.300 de 2004, art 15:

A aprovação de financiamentos com recursos da União, de fontes externas por ela avalizadas ou de entidades de crédito oficiais, bem como a concessão de benefícios fiscais e de outras formas de incentivos públicos para projetos novos ou ampliação de empreendimentos na zona costeira, que envolvam a instalação, ampliação e realocação de obras, atividades e empreendimentos, ficará condicionada à sua compatibilidade com as normas e diretrizes de planejamento territorial e ambiental do Estado e do Município, principalmente aquelas constantes dos PEGC, PMGC e do ZEEC.

Os Estados poderão se nortear por meio de outros instrumentos de ordenamento territorial, como zoneamentos regionais, de unidades de conservação e diagnósticos socioeconômicos.

O art. 16 do mesmo capítulo destaca que:

Qualquer empreendimento na zona costeira deverá ser compatível com a infra-estrutura de saneamento e sistema viário existentes, devendo a solução técnica adotada preservar as características ambientais e a qualidade paisagística.

Na hipótese de inexistência ou inacessibilidade à rede pública de coleta de lixo e de esgoto sanitário na área do empreendimento, o empreendedor apresentará solução autônoma para análise do órgão ambiental, compatível com as características físicas e ambientais da área.

No art. 17 destacam-se as regras relacionadas à compensação pelo desmatamento de área de vegetação nativa, quando permitido em lei, para instalação, ampliação ou realocação de empreendimentos na zona costeira.

O PNGC subordinou-se aos princípios genéricos da Política Nacional de Meio Ambiente, fixados nos artigos 2º e 4º da Lei 6938/81.

Em seu artigo 6º dispõe que o licenciamento para instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, deverá observar as demais normas específicas federais, estaduais e municipais, respeitando as diretrizes dos Planos de Gerenciamento Costeiro. Para o licenciamento, o órgão competente, solicitará a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

O artigo 7º da Lei 7661/88 diz que a degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado, independentemente de culpa. A reparação do dano, contudo, é concomitante com a sanção administrativa de interdição, embargo ou demolição.

O Estado do Rio de Janeiro, apesar de não contar com um Plano de Gerenciamento Costeiro Estadual, tem participado do PNGC, por intermédio da FEEMA, desde a sua promulgação em 1988. Inicialmente, contando com o apoio financeiro do Ministério da Marinha (CIRM), e posteriormente, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o GERCO/RJ obteve os seguintes avanços:

- Fortalecimento da infra-estrutura operacional para gerenciamento costeiro;
- Treinamento e capacitação de pessoal na área de gestão costeira;
- Elaboração do Macrozoneamento da Região dos Lagos;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Monitoramento da Zona Costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Gestão para a Zona Costeira;
- Elaboração do Macrozoneamento do Litoral Norte (parcial);
- Implantação do Sistema de Informações para o Gerenciamento Costeiro – Sigerco;
- Fortalecimento dos arcabouços institucional e legal;

- Elaboração de planos diretores de unidades de conservação, em áreas costeiras, com destaque para as APA's de Maricá (Município de Maricá), de Massambaba (municípios de Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo), e de Sapiatiba (Município de São Pedro da Aldeia);
- Elaboração de perfis ambientais de 09 municípios da faixa costeira: Cabo Frio, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã e Campos, como apoio à gestão ambiental local;
- Mapeamento de áreas frágeis a serem protegidas, em apoio ao Plano de Contingência (derramamento de óleo) da Baía de Guanabara;
- Estudos biológicos das áreas de restinga do estado;
- Elaboração do Macro-Plano de Gestão da Bacia da Baía de Sepetiba;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande.

No âmbito do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), que consiste em uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e o Ministério do Planejamento, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP), a primeira etapa da implementação abrangeu dezesseis municípios do Estado do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento dos trabalhos, os municípios capacitados foram reunidos em 4 grupos, a saber:

- **Grupo 1:** Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema
- **Grupo 2:** Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casemiro de Abreu e Rio das Ostras
- **Grupo 3:** Campos dos Goytacases, Carapebus, Macaé e Quissamã
- **Grupo 4:** Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty

Esta etapa se constitui, exatamente, na capacitação de quadros municipais para a gestão integrada de suas zonas litorâneas, visando solucionar os conflitos de uso e ocupação,

especialmente os que envolvem a destinação de terrenos e demais bens sob domínio da União.

O Projeto Orla ainda prevê outras duas etapas: a elaboração de planos municipais de intervenção da orla e a celebração de convênio entre a Secretaria de Patrimônio da União – SPU e os municípios para implementação dos planos de intervenção.

Dos municípios localizados na Área de Influência Indireta do empreendimento tratado neste Estudo de Impacto, apenas Campos dos Goytacazes participou das três etapas. São João da Barra, por sua vez, não esteve presente em nenhuma delas.

8) Resolução CONAMA 001, de 02/04/90:

Prevê que a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde e do sossego público, portanto esta resolução visa controlar a poluição sonora e fixa que são prejudiciais à saúde e ao sossego público os níveis de ruído superiores aos estabelecidos na Norma NBR 10.151.

9) Lei 8.617, de 04/01/93:

Em seu artigo 1º estabelece que o mar territorial brasileiro compreende a faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala reconhecidas oficialmente no Brasil.

A zona econômica exclusiva brasileira, definida no artigo 6º, compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

A Plataforma Continental do Brasil, definida no artigo 11º, compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a

extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até a borda exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

10) Política Nacional dos Recursos Hídricos:

A Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, além de instituir a Política Nacional dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal.

Dentre seus fundamentos destacam-se no seu art. 1º:

- I – a água é um bem de domínio público;*
- II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, e;*
- IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.*

Seus objetivos ficam claros no art. 2º:

- I – assegurar à atual e as futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;*
- II – a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;*
- III – a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrente do uso inadequado dos recursos naturais.*

Esta lei estabelece que o uso da água, sobretudo quando altera o regime, a quantidade ou a qualidade do recurso existente, depende de outorga, sendo esta emitida com base na classificação dos corpos de água, acordada pelos usos preponderantes que são estabelecidos, por sua vez, pela Resolução CONAMA 357.

11) Resolução CONAMA 357:

O art. 1º desta resolução, promulgada em 17 de março de 2005, acentua o seu caráter dispositivo relacionado ao enquadramento dos corpos de águas superficiais e as condições e padrões de lançamento de efluentes.

As instalações do empreendimento e os usos decorrentes da sua operação irão interceptar tanto ambientes lagunares como marinhos, ocupando, desta forma, todo o espectro tipológico das águas definidas no art. 2º desta resolução, a saber: água doce, água salobra e água salina.

No caso da água doce, são atribuídas 5 classes distintas de acordo com o uso possível. As águas salobras e salinas são classificadas em 4 classes. O **Quadro 3.1.2-1** mostra o tipo de uso previsto para cada tipo de água entre suas classes.

QUADRO 3.1.2-1: CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE ÁGUA SEGUNDO SUAS CLASSES DE USO

TIPO DE ÁGUA	CLASSE	ALGUNS USOS
Água Doce	Classe Especial	Consumo humano, com desinfecção; Preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas;
	Classe 1	Consumo humano após tratamento simplificado; Recreação de contato primário; Irrigação de hortaliças que sejam ingeridas cruas;
	Classe 2	Consumo humano após tratamento convencional; Recreação de contato primário; Pesca e aquicultura.
	Classe 3	Consumo humano após tratamento avançado; Irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e; Recreação de contato secundário.
	Classe 4	Navegação; Harmonia paisagística.
Água Salobra	Classe Especial	Preservação dos ambientes aquáticos em Unidades de Conservação; Preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas.
	Classe 1	Recreação com contato primário; Pesca e aquicultura; Consumo humano após tratamento avançado.
	Classe 2	Pesca amadora; Recreação de contato secundário.

TIPO DE ÁGUA	CLASSE	ALGUNS USOS
	Classe 3	Navegação; Harmonia paisagística.
Água Salgada	Classe Especial	Preservação dos ambientes aquáticos em Unidades de Conservação; Preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas.
	Classe 1	Recreação com contato primário; Pesca e aquicultura; Proteção comunidades aquáticas.
	Classe 2	Pesca amadora; Recreação de contato secundário.
	Classe 3	Navegação; Harmonia paisagística.

A Resolução 357 ainda considera os padrões de qualidade de cada classe e estabelece limites individuais para cada substância poluidora. Ainda, no seu art. 7º fica claramente explicitado que efeitos sinérgicos negativos, tais como mortandades, alterações no comportamento, reprodução e fisiologia da vida, derivados da interação das substâncias especificadas ou não na resolução, não poderão incidir sobre as águas caracterizadas, bem como restringir os usos preponderantes acima mencionados. No caso de uso especial, para cada tipo de água devem ser conservadas as suas respectivas condições naturais.

As condições e padrões de lançamento de efluentes encontra-se especificado no Capítulo IV da mesma resolução. Nele ressalta-se a necessidade de que seja realizado devido tratamento prévio a qualquer fonte poluidora que venha a ser lançada, direta ou indiretamente, nos corpos de água.

No entanto, de acordo com o art. 25, o órgão ambiental competente poderá, excepcionalmente, autorizar o lançamento de efluente acima das condições e padrões estabelecidos, desde que:

- I. Comprove ser de relevante interesse público, devidamente motivado;*
- II. Atenda ao enquadramento e às metas intermediárias e finais, progressivas e obrigatórias;*

- III. Seja precedida pela realização de Estudo de Impacto Ambiental, às expensas do empreendedor responsável pelo lançamento;*
- IV. Estabeleça tratamento e exigências para este lançamento, e;*
- V. Tenha prazo máximo para o lançamento excepcional fixado.*

No caso de águas de classe especial, o art. 32 veda qualquer lançamento de efluentes ou disposição de resíduos domésticos, agropecuários, de aquicultura, industriais e de quaisquer outras fontes poluentes, mesmo que tratados.

Sobre as diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos hídricos entre as classes supracitadas, o art. 38 define que será de acordo com as normas e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. O enquadramento ocorrerá pelos usos preponderantes mais restritivos da água, atuais ou pretendidos.

O art. 38 também ressalta que em casos de incompatibilidade entre as condições atuais de qualidade da água e os usos preponderantes pretendidos, deverão ser estabelecidas metas obrigatórias, intermediária e final, de melhoria da qualidade da água para efetivação dos referidos enquadramentos.

E no caso de corpos de água utilizados por populações para seu abastecimento, o enquadramento e o licenciamento ambiental de atividades à montante deverão preservar, obrigatoriamente, as condições de consumo humano.

12) Lei dos Crimes Ambientais:

A Lei 9605, de 12/02/98³², tipifica alguns crimes ambientais, como destruir florestas de preservação permanente, causar poluição de qualquer forma que cause dano à saúde ou ao meio ambiente, assim como o licenciamento ilegal ou o funcionamento de atividades poluidoras sem a licença ambiental, com as penas correspondentes e o

³² Regulamentada pelo Decreto nº 3197 de 21/09/99.

procedimento de apuração das mesmas. Também descreve as infrações administrativas, como toda ação ou emissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, proteção e recuperação do meio ambiente, estabelecendo as normas de procedimento para a apuração destas faltas, com a discriminação das penalidades a serem impostas, em caso onde seja configurada a transgressão.

O artigo 54º estabelece que quem causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora incorrerá em pena de reclusão de um a quatro anos e multa.

O crime de poluição conceituado no artigo 54º abrange todos os tipos de poluição, isto é, poluição de águas interiores e do mar, da atmosfera, do solo, poluição sonora e mineral.

É crime previsto no artigo 54º, § 2º, VI, dificultar o uso público das praias em razão da poluição. As praias são bens públicos de uso comum do povo e inserem-se entre os bens públicos da União. O lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências em leis ou regulamentos, será punido conforme estabelecido no inciso V, do § 2º, do mencionado artigo.

Incorre também em pena de reclusão quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível, conforme o disposto no artigo 54º, § 3º.

Esta lei vem demonstrar a importância e seriedade do licenciamento ambiental para os empreendimentos efetivo ou potencialmente poluidores, demonstrando mais uma vez a necessidade do cumprimento da legislação ambiental.

13) Política Nacional de Educação Ambiental:

A Lei 9.795, de 27/04/1999, define que às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, devem promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

14) Lei 9.966, de 28/04/2000:

Esta Lei estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional.

Em seu artigo 5º define que o porto organizado, as instalações portuárias e plataformas, bem como suas instalações de apoio, deverão dispor, obrigatoriamente, de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição, observadas as normas e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

Os proprietários ou operadores de plataformas deverão elaborar manual de procedimento interno para o gerenciamento dos riscos de poluição, bem como para a gestão dos diversos resíduos gerados ou provenientes das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, o qual deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação, normas e diretrizes técnicas vigentes, conforme o disposto no artigo 6º.

As plataformas, bem com suas instalações de apoio, deverão dispor de planos de emergência individuais para o combate à poluição por óleo e substância nocivas ou perigosas, os quais serão submetidos à aprovação do órgão ambiental competente.

De acordo com o artigo 15º, é proibida a descarga, em águas sob jurisdição nacional, de substâncias nocivas ou perigosas, além de água de lastro, resíduos de lavagem de tanques ou outras misturas que contenham tais substâncias.

Também é proibida a descarga de óleo, misturas oleosas e lixo em águas sob jurisdição nacional, exceto nas situações permitidas pela MARPOL 73/78, e não estando o navio, plataforma ou similar dentro dos limites de área ecologicamente sensível, e os procedimentos para descarga sejam devidamente aprovados pelo órgão ambiental competente.

São previstas penalidades no caso de descumprimento do disposto nesta Lei, porém a aplicação das penas previstas não isenta o agente de outras sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outras normas específicas que tratem da matéria, nem da responsabilidade civil pelas perdas e danos causados ao meio ambiente e aos patrimônios público e privado.

O valor das multas administrativas decorrentes do descumprimento desta norma legal ainda será estabelecido por Decreto que regulamentará esta Lei.

A Lei nº 9.966/00, então, instituiu os primeiros elementos de gestão ambiental a serem implantados pelas Autoridades Portuárias e agentes portuários diversos, tais como:

- Auditorias ambientais
- Manual de gestão ambiental
- Planos de contingência
- Instrumentos coletores e de tratamento de resíduos

Além desses novos elementos de gestão, a Lei nº 9.966/00 estabeleceu parâmetros para controle e punição aos infratores quanto ao não cumprimento das novas normas vigentes.

O encaminhamento da questão ambiental portuária pode, assim, se resumir na aplicação da Agenda Ambiental Portuária, aprovada pela CIRM e elaborada no âmbito do GI-GERCO, e na estruturação das Autoridades Portuárias, com a criação de um núcleo ambiental, de modo que essas entidades exploradoras da atividade e reguladora dos ambientes portuários possam fazer a leitura das matérias pertinentes, de forma consistente e adequada, e dar andamento às ações cabíveis para o cumprimento da Lei nº 9.966/00.

Vale salientar que uma das ações necessárias é o treinamento efetivo da força de trabalho, no âmbito operacional, e dos quadros de pessoal administrativo/gerencial das Autoridades Portuárias.

15) Lei 9.985, de 18/06/2000:

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Nos casos de licenciamento ambiental de Empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

16) Água de Lastro:

➤ Resolução RDC 217, de 21/11/2001:

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, através desta resolução, aprova o Regulamento Técnico para a vigilância sanitária em portos instalados no território brasileiro. A norma exige que a embarcação, quando da solicitação de Livre Prática, entregue à Autoridade Sanitária o Formulário de Lastro devidamente preenchido. A

seu próprio critério, a Autoridade Sanitária pode amostrar a água de lastro a fim de identificar agentes nocivos e patogênicos e indicadores físicos e componentes químicos.

➤ NORMAM 20/DPC:

A Norma da Autoridade Marítima para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios visa estabelecer requisitos à prevenção da poluição por parte das embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras – AJB.

O marco metodológico proposto pela NORMAN 20/DPC encontra-se fundamentado na troca de água de lastro e sedimentos presente na Convenção Internacional de Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimentos de Navios, assinada pelo Brasil em 25 de janeiro de 2005. Esta Norma sinaliza, no entanto, que se adaptará a métodos mais avançados, na medida em que estes forem desenvolvidos.

A Norma também considera fundamental que os procedimentos de Gerenciamento da Água de Lastro sejam eficazes e viáveis, técnica e ecologicamente, e deverão proporcionar a redução ao mínimo dos custos e demoras, e ao máximo a segurança submetida aos navios.

A NORMAN 20/DPC busca preencher uma lacuna legislativa, posto que não há outro instrumento legal que verse especificamente sobre a gestão da água de lastro. Esta norma se fundamenta na Lei 9.537/1997 (LESTA), que assegura a Autoridade Marítima à responsabilidade pelo estabelecimento de requisitos mínimos que evitem a poluição no mar. As demais leis que consubstanciam a NORMAN 20/DPC são: a Lei 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente, descrita no nº 6); Lei 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais, descrita no nº 12), e; a Resolução RDC 217/2001 (descrita no nº 16).

A NORMAN 20/DPC se aplica a todos os navios, nacionais e estrangeiros, dotados de tanques/porões de água de lastro, que utilizem os portos e terminais brasileiros. A norma prevê casos excepcionais, onde não será exigido o cumprimento das suas diretrizes gerais, dentre os quais:

- (a) situações de emergência, onde haja risco de vida ou seja afetada a segurança do navio;
- (b) em casos de salvamento de vida humana no mar;
- (c) quando ocorrer dano ao navio ou aos seus equipamentos, porém, desde que todas as precauções tenham sido tomadas, antes e depois da ocorrência ou descoberta do dano;
- (d) quando a captação da água de lastro e sedimentos tiver a finalidade de evitar ou minimizar incidentes de poluição causados pelo navio, e;
- (e) quando a descarga da água de lastro e sedimentos ocorrer no mesmo local onde a totalidade daquela água de lastro e sedimentos tenha sido coletada, desde que não tenha havido qualquer possibilidade de mistura.

Da mesma forma, há casos de isenção, sendo observado o compromisso de que a operação ocorra de forma a evitar ao máximo a contaminação do meio ambiente, para:

- (a) navios de guerra, ou qualquer outro navio de propriedade do Estado que tenha sido utilizado apenas a serviço governamental não comercial;
- (b) navios com tanques selados;
- (c) embarcações de apoio marítimo e portuário;
- (d) navios que devido a características do projeto não permitam a troca da água de lastro, e;
- (e) embarcações de esporte e recreio usadas somente para recreação/competição ou com fins de salvamento e que não excedam 50 metros e capacidade máxima de água de lastro de 8 m³.

A NORMAM 20/DPC estabelece ainda que todo navio deve possuir um Plano de Gerenciamento de Água de Lastro aprovado por sociedade classificadora credenciada pela Diretoria de Portos e Costas – DPC/Marinha do Brasil, no caso de navios brasileiros e afretados em Autorização de Inscrição Temporária, ou pela administração do país de bandeira ou sociedade classificadora atuando como R.O. (*Recognized Organization*), no caso de navios de outras bandeiras.

As diretrizes gerais para realizar a troca de água de lastro e sedimentos de navios baseiam-se nas seguintes medidas:

- (a) A água de lastro e sedimentos devem ser trocados a uma distância mínima de 200 milhas náuticas da terra mais próxima e a uma profundidade mínima de 200 metros. São aceitos os métodos de troca seqüencial, contínuo e diluição;
- (b) Em casos que não possa ocorrer conforme descrito no item anterior, a troca deverá ser realizada o mais distante possível, e em todos os casos a pelo menos 50 milhas náuticas com pelo menos 200 metros de profundidade. Os sedimentos também podem ser descarregados nos portos e terminais caso estes possuam instalações ou serviços de recepção disponíveis;
- (c) Não será exigido de um navio que se desvie do seu plano de viagem para o cumprimento dos itens anteriores, no entanto, este deverá justificar-se;
- (d) O navio ficará isento da troca caso o Comandante avalie que condições extraordinárias imponham risco a segurança da embarcação e de seus tripulantes durante a troca da água de lastro e sedimentos;
- (e) No caso de trocas ocorridas através de fluxo contínuo ou diluição, o volume bombeado deve ser, no mínimo, 3 vezes o volume do tanque;
- (f) As trocas da água de lastro deverão ocorrer com uma eficiência de 95% de troca volumétrica da água de lastro;
- (g) Somente os tanques que tiverem sua água trocada poderão realizar o deslastro;
- (h) Mesmo os navios que não tenham realizado o deslastro deverão apresentar o Formulário sobre Água de Lastro;

- (i) A Autoridade Marítima fica responsável pela divulgação de informações referentes aos locais mais adequados para a realização das trocas ou captação da água de lastro, tendo em vista o conhecimento prévio sobre as condições ambientais desta área, e;
- (j) É proibida a descarga de água de lastro nas áreas ecologicamente sensíveis e em unidades de conservação, ou em outras áreas cautelares estabelecidas pelos órgãos ambientais ou sanitários, nas AJB, quando plotadas em carta náutica.

17) Outros Atos Normativos de Proteção Ambiental:

- Resolução CONAMA 11, de 03/12/87 – declara como Unidade de Conservação as várias categorias de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural.
- Decreto 99274, de 06/06/90, que regulamentou as leis 6902/81 e 6938/81, e dispõe a criação de Reservas Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Além de discriminar o procedimento do licenciamento ambiental nos artigos 17º a 22º aconselha que ao serem analisados os impactos ambientais do projeto sejam propostas medidas mitigadoras.
- Resolução CONAMA 13, de 06/12/90 – dispõe sobre a definição, pelos órgãos ambientais, das atividades que afetem a biota nativa das Unidades de Conservação, e define que nas áreas circundantes às Unidades de Conservação, num raio de 10 (dez) km, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente e tal licenciamento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação.
- Decreto 750, de 10/02/93, que dispõe sobre o corte, exploração de vegetação da mata atlântica. O artigo 1º proíbe a exploração da mata atlântica, enquanto que o 2º prevê exceções, a ser regulamentada por Resoluções do CONAMA, o que ocorreu posteriormente, em cada Estado da Federação, inclusive o Rio de Janeiro. O artigo 3º conceitua e exemplifica as formações florestais inseridas no domínio da mata atlântica, incluindo-se os manguezais.

- Resolução CONAMA 269, de 14/09/2000, dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em derramamento de óleo no mar e os critérios de utilização dos mesmos.
- Resolução CONAMA 274, de 29/11/2000, dispõe sobre os instrumentos para avaliação da evolução da qualidade das águas, em relação aos níveis estabelecidos para a balneabilidade, de forma a assegurar as condições necessárias à recreação de contato primário.
- Resolução CONAMA 303, de 20/03/2002, dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, dentre elas as restingas.
- Resolução CONAMA 344, de 25/03/2004, que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras.
- Resolução CONAMA 371, de 05/04/06, que estabelece as diretrizes para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC.

3.1.2.2 Legislação sobre Transporte Aquaviário e Operação Portuária

1) Lei 5.917, de 10/09/1973:

Aprova o Plano Nacional de Viação de que trata o art.8º, item XI, da Constituição Federal.

2) Lei 8.630, de 25/02/1993:

Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.

3) Lei 9.537, de 11/12/1997:

Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.

³³ Regulamentada pelo decreto 2.596, de 18/05/1998

4) Lei 10.233, de 05/06/2001:

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, com a criação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Conforme preconizado na Lei, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ será uma entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, vinculado ao Ministério de Transportes.

5) Lei 11.518, de 05/09/2007:

Cria a Secretaria Especial de Portos, cujo objetivo fundamental se constitui na equiparação dos portos brasileiros ao mesmo patamar de competitividade dos terminais mais eficientes do mundo.

Entre as atribuições e competência da Secretaria está a formulação de políticas e diretrizes para o fomento do setor, além da execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura portuária. Compete ainda à SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, tudo isso visando assegurar segurança e eficiência ao transporte aquaviário de cargas e de passageiros no país³⁴.

3.1.2.3 Legislação Estadual Específica

1) Decreto-Lei 134, de 16/06/75³⁵:

Descreve o processo de licenciamento, instituindo a Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, como órgão licenciador e a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente – FEEMA, como órgão técnico.

³⁴ <http://www.portosdobrasil.gov.br/sobre-a-sep>, consultado em 08 de outubro de 2008

³⁵ Regulamentado pelo decreto 1.633, de 02/12/1977.

2) Lei Estadual 650/83:

Dispõe sobre a política estadual de defesa e proteção das bacias fluviais e lacustres do Rio de Janeiro, estabelecendo os instrumentos de proteção e determinando a obrigatoriedade de submissão para licenciamento, ao órgão ambiental competente, de projeto que objetivem a intervenção nas faixas de proteção que define.

3) Deliberação CECA 48/79:

Aprova o Regulamento de Fiscalização da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA, definindo os instrumentos de fiscalização e estabelecendo os procedimentos de forma que deverão ser observados para a validade do ato, tendo sido o projeto encaminhado à SERLA para análise, aprovação e demarcação da Faixa Marginal de Proteção.

4) Lei 1.356, de 03/10/88:

Estabelece o procedimento para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA a serem submetidos à Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA e do licenciamento da implementação, e da ampliação das atividades que lista.

5) Lei 1.898, de 26/11/91:

Dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais.

6) Lei 2.011, de 10/07/92 :

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de Programa de Redução de Resíduos.

7) Lei 2.535, de 08/04/96:

Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.356, de 03/10/88, que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA).

8) Outros Atos Normativos:

- Decreto 779, de 30/01/67, aprova o regulamento do controle de poluição atmosférica, e proíbe o lançamento ou emissão de substâncias em quantidade ou qualidade tais que venham a causar a poluição do ar. A Escala de Ringelmann (escala gráfica para avaliação colorimétrica de densidade de fumaça) é adotada como medida de poluição ocasionada pela descarga de fumaça na atmosfera.
- Deliberação CECA 544, de 21/09/84, aprova a NA 941 R6 – Prazo para Atendimento de Exigências do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras – SLAP.
- Decreto 8.975, de 15/05/86, aprova o Regulamento dos Serviços de Controle, Coleta e Destino Final dos Resíduos Industriais do Estado do Rio de Janeiro.
- Deliberação CECA 1007, de 04/12/86, aprova a NT 202 R10 – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos.
- Deliberação CECA 1,173, de 19/10/87, aprova a NA-043 – Norma Administrativa para Participação e Acompanhamento de Comunidade no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).
- Deliberação CECA 1.948, de 04/09/90, aprova NT – 213 R4 - Critérios e Padrões para Controle da Toxicidade em Efluentes Líquidos Industriais.
- Deliberação CECA 1.995, de 10/10/90, aprova DZ 942 R.7 – Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos – PROCON ÁGUA.
- Deliberação CECA 2.491, de 05/10/91, aprova DZ 205 R.5 Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial.
- Deliberação CECA 2.510, de 22/10/91, aprova a NA-051 – Indenização dos Custos de Licença.
- Deliberação CECA 2.538, de 12/11/91, aprova a NA-052 – Regulamentação para Publicação das Licenças Obrigatórias Previstas no Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras – SLAP.
- Deliberação CECA 2.555, de 26/11/91, regulamenta a Realização de Audiência Pública.

- Deliberação CECA 3.329, de 29/11/94, aprova a NA 042 R.9 – Pedido, Recebimento e Análise de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Respetivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- Deliberação CECA/CN 3.427, de 14/11/95, aprova a DZ 056 R.2 – Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental.
- Deliberação CECA 3.327, de 29/11/95, aprova a DZ 1.311 R. 4 – Diretriz de Destinação de Resíduos.
- Decreto 21.470-A, de 05/06/95, regulamenta a Lei nº 1.898, de 26/11/91, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais.
- Deliberação CECA/CN 3.663, de 28/08/97, aprova a DZ-041 R.13 – Diretriz para Realização de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Respetivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
- Portaria SERLA 307, de 23/09/2002, estabelece critérios gerais e procedimentos técnicos e administrativos, bem como os formulários visando cadastro e requerimento, para emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
- Deliberação CECA 4.221, de 21/11/2002, aprova a DZ 215 R.3 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem não Industrial.
- Portaria SERLA 324, de 28/08/2003, define a base legal para o estabelecimento da largura mínima da Faixa Marginal de Proteção.

3.1.2.4 Legislação Municipal

A legislação municipal não é impeditiva do empreendimento. Atividade lesiva ao meio ambiente é aquela que não é licenciável pelos órgãos ambientais. Na Zona Industrial do Porto do Açu deverá haver uma compatibilidade entre as atividades industriais e portuárias desenvolvidas na região e a integridade ambiental da Lagoa de Iquipari. Ademais, há evidente necessidade de regulamentação da legislação municipal e, enquanto isto não for feito, ela é inaplicável.

1) Lei 50, de 18 /06/2006³⁶:

Compete ao Poder Público Municipal, sob diretrizes gerais fixadas em lei, estabelecer o ordenamento urbano, incluindo-se aí, a disciplina do uso e ocupação do solo, em seu âmbito territorial (Constituição Federal, artigo 182).

As diretrizes gerais mencionadas acima foram fixadas pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, através do Estatuto da Cidade.

Tendo o município de São João da Barra mais de vinte mil habitantes, cumprindo o que dispõe a Constituição Federal, artigo 182, § 1º, instituiu o seu Plano Diretor pela Lei Municipal nº 50, de 18 de junho de 2006.

Dentre os objetivos fundamentais do Plano Diretor Municipal de São João da Barra deve-se ressaltar, considerando as interseções estabelecidas com os objetivos do presente documento, a aspiração municipal pela:

- I. Garantia ao direito ao espaço urbano e rural e às infra-estruturas constituídas ou que venham a constituir requisito básico ao desenvolvimento do município;*
- II. Garantia de condições para um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado, considerando a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas realizadas no território como meio de promover o desenvolvimento humano.*

Também se mostra fundamental a municipalidade sanjoanense a garantia do pleno desenvolvimento das funções da propriedade, que deve ser entendido como:

³⁶ Lei Municipal 50, de 26 de dezembro de 2006, modificada pela Lei Municipal 115, de 31 de dezembro de 2008.

- I – que faça aproveitamento racional e justo do solo;*
- II – que seja compatível com as funções sociais da cidade e em intensidade compatível com a capacidade de atendimento dos equipamentos dos serviços públicos;*
- III – que preserve a qualidade do meio ambiente e do patrimônio cultural, e;*
- IV – que não projete incerteza à segurança e à saúde dos usuários e vizinhos.*

Dispõe o artigo 35, XVI, daquele diploma legal que o território municipal é dividido nas macrozonas a seguir especificadas:

- a) Área Urbana;
- b) Área de Expansão Urbana;
- c) Área Rural;
- d) Zona de Especial Interesse Ambiental;
- e) Zona de Especial Interesse Industrial e Expansão Industrial;
- f) Zona de Especial Interesse Agroindustrial, e;
- g) Zona de Especial Interesse da Atividade Pesqueira.

Os limites destas macrozonas foram definidos pela Lei 115, de 31 de dezembro de 2008.

Além das macrozonas, a Política de Meio Ambiente do Plano Diretor do Município de São João da Barra (Lei Municipal nº 050, de 26 de dezembro de 2006, artigo 31, XVIII), preconiza “delimitar áreas para a preservação de ecossistemas e implementação de unidades de conservação, tais como o Complexo Lagunar Grussaí – Iquipari, de que trata o Decreto nº 43, de 13 de julho de 2006, e as Lagoas do Taí, entre outras”. Delimitadas estas áreas, também deverão ser observadas, ao lado as macrozonas estabelecidas.

Assim sendo, ao emitir as certidões de que o tipo de empreendimento que aqui se considera está em conformidade com a legislação municipal de uso e ocupação do solo,

a municipalidade de São João da Barra deverá levar em conta os aspectos acima mencionados, também devendo considerar o que dispõe a Lei Municipal nº 34, de 20 de agosto de 1991, que trata do zoneamento e ocupação do solo, sob a égide das disposições supervenientes da Lei Municipal nº 050, de 26 de dezembro de 2006.

Para a emissão das licenças ou alvarás de construção e funcionamento do empreendimento a municipalidade de São João da Barra, além do atendimento às exigências do Código de Obras e Edificações, poderá exigir, ainda, se insatisfeita com o que se tratou sobre as alterações das características do entorno no EIA/RIMA, que seja feito um Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo relatório (Lei Municipal nº 050, de 26 de dezembro de 2006, artigo 83 e seus incisos e parágrafos).

2) Decreto 43, de 13 de julho de 2006:

Dispõe sobre a proibição de Intervenções Ambientais na Lagoa de Iquipari. Fica expressamente proibida a realização de atividades lesivas ao meio ambiente de acordo com a legislação ambiental em vigor.

3) Lei 111, de 31 de dezembro de 2008:

Dispõe sobre a política ambiental do município. Seu texto encontra-se inspirado na Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que define a Política Nacional de meio Ambiente. Dentre suas definições encontra-se as competências dos órgãos ambientais municipais, a indicação dos empreendimentos suscetíveis ao licenciamento ambiental municipal e as principais infrações administrativas incidentes sobre os empreendimentos sujeitos ao licenciamento que violem as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

3.2 PLANOS E PROGRAMAS CO-LOCALIZADOS

Esta seção pretende caracterizar a expansão das atividades portuárias do Porto do Açu, frente a sua compatibilidade às Políticas Setoriais, Planos e Programas Governamentais, em todas as suas esferas de atuação.

3.2.1 *Esfera Federal*

Programa Reporto

O REPORTO, criado em 2004, no âmbito da Política Industrial, suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e, quando for o caso, do Imposto de Importação.

Na compra, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, na execução dos serviços de dragagem, e nos Centros de Treinamento Profissional, na execução do treinamento e formação de trabalhadores

Os benefícios fiscais previstos no REPORTO visam facilitar a aquisição de máquinas usadas na carga, descarga e movimentação de mercadorias, como empilhadeiras, guindastes, reboques e semi-reboques, portêineres, pontes rolantes e aparelhos e instrumentos de pesagem, vagões para transporte de mercadorias, tratores rodoviários para semi-reboques, aparelhos de Raios-X e instrumentos e aparelhos para medida de líquidos.

São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público, a empresa autorizada

a explorar instalação portuária de uso privativo misto, as empresas de dragagem, os recintos alfandegários de zona secundária e os Centros de Treinamento Profissional³⁷.

O Programa tem como objetivo estimular a realização de investimentos na recuperação, modernização e ampliação dos portos brasileiros, reduzindo o surgimento de gargalos logísticos que possam dificultar o crescimento das exportações. O REPORTO busca acompanhar o crescimento das exportações brasileiras e terão o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, aquisições e importações efetuadas até 31 de dezembro de 2011³⁸.

PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar³⁹ tem a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Plano Nacional de Turismo

Lançado pelo Governo Federal em abril de 2003, “é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. O Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno⁴⁰”.

³⁷ Os Centros de Treinamento Profissional são destinados à formação e aperfeiçoamento de pessoal para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às operações portuárias e suas atividades correlatas, de acordo com o Art. 32 da Lei Ordinária 8.630/93.

³⁸ Prazo estipulado pela Lei 11.726 de 23 de junho de 2008.

³⁹ Criado pelo decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

⁴⁰ PNT 2007/2010 (2007), disponível na internet via http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/doc/PNT_2007_2010.pdf, consultado em setembro de 2008

Algumas das metas fixadas pelo plano são:

- criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos;
- aumentar para 9 milhões o número de turistas.

O município de São João da Barra integra a área de um dos pólos turísticos previstos.

Projetos de Transportes

O sítio onde se localiza o empreendimento constitui-se em um enclave de difícil acesso aos grandes eixos rodoviários da região, acessado por estradas vicinais municipais não pavimentadas. Esses eixos nacionais são: a BR-101 (norte-sul do País), a BR-356, desde Minas, passando por Campos e atingindo São João da Barra, além da RJ-216 e ferrovia.

Desta forma a maior acessibilidade e a condições de pólo de entroncamento encontram-se em Campos dos Goytacazes. Estas vias também possuem problemas de capacidade de inserção na malha urbana dessa cidade e de condições de manutenção, porém, obras previstas para melhorias, especialmente da BR-101 devem amenizar esta situação.

A partir desses eixos, um acesso ao sítio pode ocorrer pela RJ-216, ligação da sede municipal de Campos ao Farol de São Tomé, balneário desta municipalidade, e por estradas municipais de terra de Campos e São João da Barra; ou pela BR-356 até o 6º Distrito, Barcelos, de onde parte a estrada municipal Caetá-Açu (SB-26), que será asfaltada de acordo com os compromissos assumidos pela LLX no processo de licenciamento para a construção da fase 1 do Porto do Açu.

Do 4º distrito de São João da Barra, Cajueiro, também parte uma estrada municipal que garante o acesso ao porto do Açu. A SB-24, conhecida localmente como Estrada do Galinheiro foi provisoriamente utilizada pela LLX nos primeiros estágios de

construção do Porto do Açú, e encontra-se em um razoável bom estado de conservação, embora ainda seja de terra.

Dos três eixos viários principais, embora todos tenham propostas de melhorias, apenas os investimentos na BR 101 estão previstos no Plano Nacional de Logística de Transportes de 2007. As melhorias nas demais rodovias principais, embora propostas pelo Departamento Nacional de Infra-estruturas de Transportes (DNIT), não estão incorporadas nesse Plano Nacional. Tanto essas vias como os acessos municipais ao sítio do empreendimento, a partir dos três principais eixos, terão que ser negociados com os órgãos competentes para sua viabilização.

1) BR 101 Norte – Rio - Vitória

A privatização da BR 101 Norte, realizada recentemente, é mais uma proposta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que vai beneficiar o Estado do Rio de Janeiro. A BR 101 Norte recebe grande movimentação de cargas e serviços da Bacia de Campos, que produz 85% do petróleo do Brasil. É também uma das principais vias de ligação entre as regiões Norte e Sul do país, pelo litoral. O projeto de concessão vai vigorar por 25 anos. O projeto consiste em:

- Na instalação de postos de pedágio em 320 quilômetros da rodovia, no trecho que vai da Ponte Rio-Niterói até a divisa com o Espírito Santo. A cada 65 quilômetros, em média, será construída uma praça de pedágio (cinco no total), com baixo volume de obras e melhorias;
- Duplicação de 70 quilômetros entre Rio Bonito/RJ e a divisa com Espírito Santo, compreendendo os municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Macaé, Conceição de Macabu, Quissamã e Campos dos Goytacazes, além de trechos com terceira faixa, e;
- Implantação de variante de contorno da cidade em Campos dos Goytacazes.

2) Demais Propostas do DNIT:

As demais intervenções necessárias na rede rodoviária, embora previstas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, não estão nesse Plano Nacional de Logística de Transporte de 2007. São elas:

a) BR-356 – Itaperuna – São João da Barra:

- Construção de acostamento, recapeamento e manutenção, beneficiando também os municípios de Italva, Cardoso Moreira e Campos dos Goytacazes;
- Manutenção do trecho Itaperuna – divisa com Minas Gerais, e;
- Construção de ponte sobre o Rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes.

b) Campos – Farol de São Tomé:

- Recapeamento e melhorias operacionais de todo o trecho entre a sede e o litoral de Campos dos Goytacazes.

c) RJ-178 – Macaé – Campos:

- Pavimentação. De acordo com o mapa do DNIT de 2002, essa rodovia passa por Carapebus e termina seu trecho pavimentado na localidade de Santa Catarina, ao norte da sede de Quissamã. Dali segue em leito natural até Dolores de Macabu, no extremo sul de Campos. Neste trecho é renomeada para RJ-180, em mais um trecho de terra até a altura de Ibitioca, onde conecta com a BR-101.

d) RJ-196 – Conceição de Macabu – São Francisco de Itabapoana:

- Pavimentação. De acordo com o mapa do DNIT de 2002, há um trecho de 22 km em leito natural entre Conceição de Macabu e a BR-101, na fronteira com Quissamã. Inexiste o trecho entre Furado, litoral norte de Quissamã ao sul da Lagoa Feia, e Mussurepe, em Campos. Também está projetado o

trecho entre São Sebastião de Campos e Gargaú, litoral sul de São Francisco de Itabapoana, em trecho que passa por São João da Barra.

e) RJ-204 – São Fidélis – São Francisco de Itabapoana:

- Pavimentação do trecho Praça João Pessoa – Morro do Côco. De acordo com o mapa do DNIT de 2002, essa rodovia começa em leito natural em São Fidélis, até cruzar com a BR-356, próximo a Cardoso Moreira. Há um trecho asfaltado após cruzar o Rio Muriaé, e segue implantada pelas localidades de São Joaquim, Vila Nova de Campos e Morro do Côco, na BR-101, ao norte do município de Campos. Segue por terra até Praça João Pessoa, em São Francisco de Itabapoana, onde conecta a RJ-224 para alcançar Barra de Itabapoana.

f) RJ-158 – Sapucaia – Campos:

- Recapeamento e melhorias operacionais no trecho Campos – São Fidélis; pavimentação de trecho de 13 km entre Portela, no município de Itaocara, e São Fidélis (Ponte da Bóia-Dois Rios). Importante eixo rodoviário do interior do estado, essa rodovia sai de Sapucaia sobre o leito da BR-393 até a ponte sobre o rio Paraíba do Sul, em Além Paraíba - MG. De acordo com o mapa do DNIT de 2002, segue pavimentada costeando o rio até próximo a Porto Velho do Cunha, no município de Carmo. Dali segue projetada sobre Cantagalo até a localidade de Batatal, em Itaocara.

g) RJ-224 – Campos – São Francisco de Itabapoana:

- Recapeamento do trecho entre Travessão, localidade de Campos às margens da BR- 101, e São Francisco de Itabapoana. Na atualidade, a FIRJAN pleiteia a construção de ponte sobre o rio Paraíba do Sul, em São João da Barra.

h) Pavimentação da RJ-196 – Conceição de Macabu – São Francisco de Itabapoana:

- De acordo com o mapa do DNIT de 2002, há um trecho de 22 km em leito natural entre Conceição de Macabu e a BR-101, na fronteira com Quissamã. Inexiste o trecho entre Furado, litoral norte de Quissamã ao sul da Lagoa Feia, e Mussurepe, em Campos. Também está projetado o trecho entre São Sebastião de Campos e Gargaú, litoral sul de São Francisco de Itabapoana, em trecho que passa por São João da Barra.

Projetos de Energia

Os projetos de energia na região encontram-se hoje estimulados, predominantemente, pelo gás natural, proveniente da Bacia de Campos. Este panorama será, no entanto muito diferente em um futuro próximo, haja visto os novos e significativos investimentos energéticos que virão se somar às iniciativas já desenvolvidas pela Petrobras na Bacia de Campos e ao conjunto de Usinas Termoelétricas de Furnas e da Norte Fluminense já anteriormente instaladas em Campos dos Goitacazes e Macaé.

1) Projeto Cabiúnas:

Ponto de partida para um maior aproveitamento do gás natural produzido na Bacia de Campos e a redução de sua queima – de 34% para 11% da produção da região – o Projeto Cabiúnas teve sua primeira fase concluída, com a entrada em operação da Unidade de Recuperação de Líquidos (URL) de Cabiúnas. A URL, com capacidade de 4,5 milhões de m³/dia de gás, integra o conjunto de obras a serem realizadas, que vai aumentar a capacidade de processamento da estatal em 10,8 milhões de m³/dia – o equivalente à soma do consumo dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Uma rede de dutos ligaria Cabiúnas a pólos demandantes, entre eles, Vitória.

Porém, recentemente parece ter havido o cancelamento do Gasoduto Cabiúnas-Vitória (Gascav), ao menos no sentido Rio-Vitória. No início, como a produção na Bacia de

Campos atendia com folga os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a idéia era enviar o excedente para o Espírito Santo, onde havia uma demanda reprimida. Com as descobertas de gás natural nos campos de Peroá-Cangoá, nesse último Estado, a situação se inverteu e já está em estudo uma possível ligação Vitória-Cabiúnas, pois a demanda de gás no Estado do Rio de Janeiro tende a aumentar com a entrada em operação de novas usinas.

2) Programa Rio Energia:

Objetiva a postergação por um determinado prazo, do recolhimento de ICMS nas compras de equipamentos para geração de energia, com o intuito de estimular a iniciativa privada a participar da construção de termelétricas no Estado do Rio de Janeiro.

3) Programa Prioritário de Termelétricas (PPT):

No âmbito do PPT, foram implementadas no Norte Fluminense duas UTEs a gás, sendo:

- Norte Fluminense, do Consórcio Eletrobrás/Petrobrás/Light/CERJ/ECELSA, no Município de Macaé, com potência de 870 MW, e;
- Cabiúnas, do Consórcio Petrobrás/Light/Mitsui, no Município de Macaé, com potência de 930 MW.

4) Unidade Termoelétrica do Açú:

Já se encontra com licença prévia a UTE do Açú, a maior do Brasil, que terá capacidade de gerar 2.400 *megawatts* e será alimentada por carvão mineral importado e escoado através do Porto do Açú, atividades já licenciadas. A UTE do Açú será construída no município de São João da Barra com um investimento na ordem de R\$ 5,2 bilhões pela MPX, empresa do Grupo EBX.

5) PROINFA:

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica corresponde a um importante mecanismo para a diversificação da matriz energética nacional e estabelece a contratação de 3.300 MW de energia produzida por fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O PROINFA pretende gerar mais de 150 mil postos de emprego, investimentos superiores a R\$ 4 bilhões na indústria nacional e reduzir 2,5 milhões de tCO₂/ano.

No âmbito do PROINFA será instalado em São Francisco de Itabapoana a primeira Unidade de Energia Eólica do Estado do Rio de Janeiro, a UEE Gargaú. O empreendimento vai demandar R\$ 130 milhões para a produção de 28 MW por 17 aerogeradores de 1,65 MW cada. Um projeto semelhante, porém para a São João da Barra, encontra-se em estudo de viabilidade.

6) PCHs São Francisco de Itabapoana:

Outro investimento no setor de geração de energias elétrica de fontes renováveis corresponde à construção de 2 Pequenas Centrais Hidrelétricas, PCH Pirapetinga e PCH Pedra do Garrafão, no município de São Francisco de Itabapoana. Os investimentos são de R\$ 170 milhões de reais e serão gerados 500 postos de trabalho.

Projetos de Saúde

1) Saúde da Família:

O PSF corrobora os princípios fundamentais de atenção básica no Brasil: integralidade, qualidade, equidade e participação social. As equipes da Saúde da Família estabelecem vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a co-responsabilidade dos profissionais de saúde com os usuários e com a comunidade. Esta concepção supera a antiga proposição de caráter exclusivamente focado na doença, e desenvolve-se por meio de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas.

De acordo com o Ministério da Saúde⁴¹, “a Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais freqüentes, e na manutenção da saúde desta comunidade”.

2) Agentes Comunitários de Saúde:

De acordo com o Ministério da Saúde, “o Programa de Agentes Comunitários de Saúde é hoje considerado parte da Saúde da Família. Nos municípios onde há somente o PACS, este pode ser considerado um programa de transição para a Saúde da Família. No PACS, as ações dos agentes comunitários de saúde são acompanhadas e orientadas por um enfermeiro/supervisor lotado em uma unidade básica de saúde”.

Os agentes comunitários de saúde podem ser encontrados ligados a uma unidade básica de saúde, ainda não organizada na lógica da Saúde da Família; ou ligados a uma unidade básica de Saúde da Família, como membro da equipe multiprofissional. Atualmente, encontram-se em atividade no país 204 mil ACS, estando presentes tanto em comunidades rurais e periferias urbanas quanto em municípios altamente urbanizados e industrializados.

3.2.2 *Esfera Estadual*

TECNorte

O Norte Fluminense contará com uma biofábrica com capacidade produtiva de 4 milhões de mudas anuais de abacaxi, banana, goiaba, mamão e cana-de-açúcar. O projeto é resultado de um convênio de cooperação científica assinada entre o governo de Cuba e o Governo do Estado do Rio de Janeiro e será gerenciada pela Fundação

⁴¹ <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/atencaobasica.php>, acessado em 07 de outubro de 2008.

Estadual do Norte Fluminense (Fenorte), através de seu Parque de Alta Tecnologia (TECNorte).

Sediada na UENF, permitirá a produção de mudas de alto padrão genético e sanitário para dar suporte à implantação e sustentação do pólo de fruticultura e fortalecimento da atividade canavieira na região. A biofábrica dará subsídios para que a região se torne competitiva no mercado nacional e internacional de frutas de polpa e *in natura*, além da expectativa de aumento da produtividade de cana-de-açúcar na região. Para a conclusão das obras e instalação dos equipamentos, deverão serão investidos ainda entre R\$ 3,5 milhões e R\$ 4,5 milhões.

Projeto de Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense/RIO RURAL

Este projeto visa fortalecer a autogestão sustentável dos recursos naturais por comunidades, através da adoção de práticas de manejo sustentável dentro a abordagem de manejo integrado. Neste caso a unidade de planejamento é a microbacia hidrográfica o que contribui para a redução da ameaça à biodiversidade, e a inversão do processo de degradação de terras.

Dentre as principais estratégias de ação destacam-se a ampliação da percepção ambiental das comunidades com relação aos problemas regionais, a oferta de incentivos para a adoção de práticas produtivas socioambientalmente adequadas e o fomento a transição de práticas agrícolas degradantes para àquelas socioeconômicas justas e ambientalmente adequadas.

Este projeto é realizado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado do Rio de Janeiro (SMH/SEAAPA), em parceria com o Banco Internacional para a Reconstrução o Desenvolvimento (BIRD), e com o *Global Environmental Facility* (GEF), espera beneficiar 4.000 agricultores

diretamente; recuperar quase 3.000 ha de matas nativas e; manejar 32.000 ha adequadamente.

Lei 4.190/03 – Lei de Incentivo Industrial para o Norte Fluminense

Uma lei específica, gerenciada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN) concede incentivos elevados para as atividades com maior potencial de desenvolvimento nas Regiões Norte e Noroeste Fluminenses.

As condições de financiamento para setores prioritários – minerais não metálicos, agroindústria, têxtil e confecções e equipamentos para indústria de petróleo – e demais setores encontram discriminados abaixo.

SETORES PRIORITÁRIOS	DEMAIS SETORES
<ul style="list-style-type: none">▪ Valor do financiamento: até 200% do investimento fixo;▪ Liberação dos recursos: até 9% do faturamento incremental;▪ Prazo de utilização e carência: até 84 meses;▪ Prazo de amortização: até 60 meses;▪ Juros nominais: 6% aa;▪ Outros encargos: 1% sobre cada parcela do financiamento e 1% sobre cada parcela de juros e amortização, e;▪ Garantias, 100% do valor do financiamento.	<ul style="list-style-type: none">▪ Valor do financiamento: até 100% do investimento fixo;▪ Liberação dos recursos: até 9% o faturamento incremental;▪ Prazo de utilização e carência: até 60 meses;▪ Prazo de amortização: até 60 meses;▪ Juros nominais: 6% aa;▪ Outros encargos: 1% sobre cada parcela do financiamento e 1% sobre cada parcela de juros e amortização, e;▪ Garantias: 100% do valor do financiamento.

3.2.3 *Esfera Municipal*

3.2.3.1 Campos dos Goytacazes

➤ Barra do Furado:

O Complexo Logístico e Industrial da Barra do Furado, no canal da Flecha, situado no limite dos municípios Campos de Goytacazes e Quissamã, objetiva impulsionar as indústrias de petróleo, gás e do setor pesqueiro instaladas no Canal das Flechas. É um projeto capitaneado pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes e pelo Governo do Estado. Elas serão as principais beneficiadas pelo investimento de R\$ 210 milhões, em

obras de infra-estrutura, previstos para o Projeto, atualmente em processo de licenciamento ambiental.

O projeto tem entre suas principais características a diversidade de suas instalações. Estão previstos, entre outros benefícios, a construção de um estaleiro de grande porte, um porto para servir como base de apoio à Bacia de Campos, um terminal pesqueiro e uma marina, podendo ainda ser desenvolvido um condomínio industrial com núcleo habitacional. Também está incluída a dragagem e a manutenção do Canal da Barra do Furado e duas áreas de retroporto, local usado para armazenar e administrar os produtos (cargas) que chegam ao porto.

O projeto vai gerar 1,5 mil empregos durante o período da obra e 2 mil empregos na cadeia produtiva, até 4 anos após o término da construção, previsto para dezembro de 2008. A expectativa de faturamento anual naval é de US\$ 100 milhões.

➤ **Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAN):**

O município de Campos instituiu o FUNDECAN com o objetivo de atrair indústrias por meio de empréstimos e isenções fiscais, utilizando-se dos recursos dos *royalties* da indústria petrolífera.

Já investiu cerca de R\$ 155,5 milhões, com contrapartidas equivalentes dos investidores, o que corresponde a cerca de 6% dos *royalties* recebidos em 2007, desencadeando a instalação de cerca de 58 empresas.

No rastro da Petrobras, o grupo alemão Schulz está concluindo uma fábrica de conexões em Campos, com investimento de R\$ 44 milhões. Em 2007, aplicará mais R\$ 32 milhões numa fábrica de tubos e já programou uma terceira fábrica, um investimento de R\$ 60 milhões.

Além de indústrias, o FUNDECAN, por meio do Fundecana também incentiva a maior eficiência do complexo da cana-de-açúcar do município, que têm problemas de baixa produtividade. O FUNDECAN dá crédito aos produtores e aos projetos industriais para desenvolvimento de sub-produtos da cana-de-açúcar. A região sediará a primeira fábrica brasileira de mudas geneticamente manipuladas para lavoura canavieira e outros cultivos.

Criada por uma cooperativa de pequenos produtores, a COAGRO arrendou uma usina que estava para fechar, com financiamento do FUNDECAN. Hoje, a COAGRO fatura R\$ 55 milhões por safra e negocia uma parceria com o grupo canadense LTCC num projeto que renderia créditos de carbono.

➤ **Parque Municipal do Mangue de Carapeba (Unidade de Proteção Integral)**

O Parque Municipal do Mangue de Carapeba ainda está em processo de criação, e foi proposto pelo Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes. Sua aprovação ainda se encontra sob análise de uma comissão da Câmara de Vereadores deste município, processo que se desdobra desde a Audiência Pública realizada no dia 07/11/2007.

A área em estudo para a implantação desta Unidade de Conservação localiza-se na Praia do Farol, na divisa dos municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã. A importância desta área para a manutenção do equilíbrio natural dos ecossistemas costeiros da região foi avaliada pela ONG Mundo da Lama, em 2003, que também procurou investigar sobre formas de recuperar este ecossistema.

Além da preservação ambiental, a criação do parque encontra-se motivada pela vontade de ampliar o alcance da educação ambiental no sistema de ensino público e privado do município, além de gerar oportunidades para o desenvolvimento de linhas de pesquisa voltadas à ecologia, à fauna e à flora local.

3.2.3.2 São João da Barra

Durante a implementação dos Programas Básicos Ambientais – PBA – referentes à primeira fase de Obras do Porto do Açu, já licenciada, foram realizadas seções técnicas com a Prefeitura Municipal de São João da Barra. Nestes encontros, foi apresentado, pelo Poder Público, aos representantes da empresa executora do PBA, Ecologus Engenharia Consultiva Ltda., uma série de planos e projetos relativos a pretensões municipais, que visam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de São João da Barra. Alguns dos principais programas encontram-se listados a seguir.

1) Agricultura e Pecuária:

- a) Programa de fomento da cana-de-açúcar;
- b) Incentivo a produção e comercialização de hortaliças no município;
- c) Sanidade animal.

2) Educação e Cultura:

- a) Programa Petrobras Jovem Aprendiz - sob auspícios da Petrobras e Transpetro;
- b) Cursos técnicos em parceria com o Centro de Educação Tecnológica – CEFET – Turismo e Informática Industrial;
- c) Alfabetização de Adultos;
- d) Internet comunitária;
- e) Programa de Alimentação Escolar;
- f) Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEF);
- g) Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE);
- h) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- i) Passes para estudantes (1300) e bolsas universitárias (750);
- j) Programa Bolsa-Escola.

3) Meio Ambiente e Infra-Estrutura:

a) FUNDASSAN:

- A Lei Municipal 110, de 31 de dezembro de 2008 instituiu o Fundo de Desenvolvimento Ambiental Sustentável Sanjoanense que tem como objetivos principais o financiamento de planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologias que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais, bem como a implementação de ações voltadas à preservação, defesa e à recuperação do meio ambiente.

b) Drenagem de canais para escoamento da carga hídrica pluvial e prevenção de enchentes;

c) Controle do desembarque do pescado;

d) Criação de Unidades de Conservação:

- APA das Lagoas de Grussaí e Iquipari: A Prefeitura Municipal de São João da Barra definiu, em seu Plano Diretor, a constituição de uma Área de Proteção Ambiental – APA – a ser criada no entorno das Lagoas de Grussaí e Iquipari, objetivando a proteção e recuperação desses ecossistemas, sob pressão antrópica de comunidades lindeiras. Nota-se que o estudo do Ministério do Meio Ambiente sobre Áreas Prioritárias para Conservação no País, em seus vários biomas, também inclui essa APA em suas propostas, assim como a Foz do Paraíba do Sul.

4) Saúde:

a) Programa de Saúde da Mulher;

b) Programa de Saúde da Criança;

c) Programa de Saúde do Adolescente;

d) Programa de Combate a Zoonoses;

e) Programa de Combate a Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS;

f) Programa de Saúde Bucal;

g) Programa de Combate a Doenças Crônicas e Degenerativas;

h) Programa de Saúde do Trabalhador;

- i) Programa de Saúde Mental;
- j) Programa de Combate à Hanseníase;
- k) Programa de Terapias Tradicionais e Alternativas;
- l) Programa de Educação em Saúde;
- m) Programa de Controle da Tuberculose.

5) Trabalho e Renda:

Programa Geração, Trabalho e Renda e PROMINC – Cooperativa de Reciclagem de Papel;

- a) Projeto Empresa Legal;
- b) Feira do Artesanato;
- c) Programa de Desenvolvimento da Agricultura (Prodesa).

6) Trânsito e Transporte:

- a) Municipalização do trânsito;
- b) Ordenamento e manutenção do sistema de transporte público (ônibus, táxis e outros);
- c) Plano viário (Plano Diretor de Transporte);
- d) Projeto de pavimentação.

7) Turismo:

- a) Projeto verão/Carnaval;
- b) Reativação do Conselho Municipal de Turismo.

3.3 CONCLUSÃO

O exame das leis incidentes sobre o empreendimento, mostra que sua concordância plena com os interesses públicos encontra-se condicionada à sua consolidação, dentro das normas vigentes no país, no estado e no município.

Deve-se destacar a forma como o Governo Estadual vem tratando o desenvolvimento do corredor logístico do Porto do Açu. O Decreto N° 41.075 evidencia o interesse do Poder Público de que as obras e atividades de infra-estrutura necessárias à implantação do Porto do Açu sejam concretizadas. É explícito a alta relevância que a implantação de um corredor logístico no norte do Estado do Rio de Janeiro oferece ao desenvolvimento socioeconômico da região. Este empreendimento, de acordo com o Decreto, favorecerá, por exemplo: **(1)** o surgimento de uma sólida rede de serviços; **(2)** o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região; **(3)** o aumento dos postos de trabalho e da arrecadação pública; e **(4)** aumento da competitividade do Rio de Janeiro, frente às demais Unidades da Federação, no que diz respeito à exportação de bens.

A compatibilidade do empreendimento com a Área de Preservação Permanente (APP) atende ao Código Florestal, estabelecido pela Lei 4.771/65, uma vez que o empreendimento é de utilidade pública. A supressão da vegetação considerada de APP será, bem como exige a legislação, condicionada a realização de uma compensação com replantio de espécies nativas da região em área proporcional a suprimida.

O deferimento ou indeferimento do pedido de Licença Prévia depende do dimensionamento dos potenciais impactos, positivos e negativos, a que poderão se submeter os demais recursos naturais da região – água, fauna, atmosfera, solo, sedimentos marinhos – e das transformações socioeconômicas. Este é exatamente o objetivo do presente documento.

Estas condições legais não restringem, entretanto, o compromisso institucional da LLX com o estabelecimento de um processo de desenvolvimento sustentável ainda mais rigoroso para a região. Será empreendido, por exemplo, o máximo esforço para que as áreas de supressão sejam as mínimas, o que inclui adequar o projeto de forma a proporcionar que as áreas que hoje já se encontram degradadas, por ocasião do histórico de desenvolvimento agropecuário na região, sejam plenamente aproveitadas.

Os programas e projetos elaborados pelo Poder Público convergem para o objetivo comum de desenvolver e fortalecer a região norte fluminense, uma das mais pobres do Estado do Rio de Janeiro. Desta maneira, nota-se uma grande afinidade entre as expectativas governamentais e a proposta de ampliação da infra-estrutura logística e respectivas operações portuárias do Porto do Açu, com grandes possibilidades de que se estabeleçam efeitos cumulativos e sinérgicos entre ambos no que tange a geração de impactos positivos na região.

Nota-se, por exemplo, que outros empreendimentos já confluem para a região, atraídos pelas possibilidades econômicas proporcionadas pelo porto e pelo parque industrial que se pretende instalar na sua retroárea.

Ainda, um olhar mais aproximado sobre a Área de Influência Direta e Indireta do empreendimento, obtido através do esforço que a LLX já realiza para estabelecer um canal de comunicação permanente com a população local, identifica o anseio dos munícipes sanjoanenses e campistas pelo desenvolvimento sustentável de sua região e a expectativa que os empreendimentos vindouros tragam maiores oportunidades de educação, emprego e renda para as próximas gerações.

É muito importante ponderar que outros setores da economia campista e sanjoanense também estão sendo estimulados pelo Poder Público através de várias linhas de fomento e de investimento em tecnologia. Este panorama poderá garantir um crescimento econômico simétrico entre os atores econômicos mais tradicionais da região, agricultores e pecuaristas, e os novos, neste estudo, representado pela LLX.

Há expectativa de aquecimento da economia local, e uma agricultura forte crescerá ainda mais, estimulada pelo consumo interno e pelas possibilidades de exportação que se abrem com a instalação do pátio logístico e das respectivas operações portuárias.

Sobre a compatibilidade do empreendimento com o Plano Diretor do município de São João da Barra, nota-se, mais uma vez, que a instalação do pátio logístico e das respectivas operações portuárias são compatíveis aos interesses públicos, posto que o empreendimento, descrito neste Estudo de Impacto Ambiental, será implementado integralmente na Zona de Especial Interesse Industrial e Expansão Industrial, contemplando o anseio municipal de rompimento definitivo com estagnação econômica presente, por muito tempo, no município sanjoanense.

Finalmente, cabe considerar que a origem deste empreendimento está ancorada na visão estratégica de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, sendo que, a concepção de projeto de um porto capaz de operar sob grande capacidade e diversidade de recursos no litoral norte do Estado, estava a espera de um empreendedor disposto a investir em cenário de tal envergadura e de longo prazo de maturação.

